

GROSSI, Miriam Pillar. Antropólogas no século XX: uma história invisível. In: DIÁLOGOS TRANSVERSAIS EM ANTROPOLOGIA, 2010, Florianópolis.

Universidade Federal de Santa Catarina

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Diálogos Transversais em Antropologia

Dia: 28 de abril de 2010

Local: Mini-auditorio do CFH

Horário: 18:30 às 20:30

Conferência: Antropólogas do Século XX: Uma história invisível?

Dra Miriam Pillar Grossi

Debatedoras: Profas Dras Antonella Tassinari e Ilka Boaventura Leite

Resumo

Ignoradas nos manuais clássicos sobre a História da Antropologia, muitas mulheres participaram ativamente da constituição da disciplina desde o final do século XIX. Pioneiras na realização de trabalho de campo, as antropólogas ficaram relegadas a um lugar secundário na produção teórica main stream da disciplina durante parte significativa do século XX. Esta apresentação terá duas partes. Na primeira analisaremos a presença e a contribuição das mulheres nas antropologias “centrais” da França, Estados Unidos e Grã-Bretanha e na América Latina onde a história desta contribuição já desperta o interesse de várias pesquisadoras, através do projeto Dictionnaire des Femmes Créatrices. Na segunda falaremos de “outras antropologias”, refletindo sobre a Antropologia Contemporânea feita na e sobre a Ásia.

Agradecimentos

Gostaria inicialmente de agradecer ao convite da profa Vânia Cardoso, coordenadora dos Diálogos Transversais em Antropologia para esta sessão e às colegas Antonella Tassinari e Ilka Boaventura Leite por terem aceito dialogarem comigo sobre as pesquisas que apresento aqui. Agradeço também a Felipe Fernandes pela elaboração do power point, aos colegas Carmen Rial, Oscar Calavia, Elixabete Imax e Rosana Gruber e à equipe do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades pela colaboração na elaboração de verbetes e de pesquisa documental e iconográfica inicial de vários verbetes. Também sou imensamente grata aos colegas do Depto de Antropologia que me substituíram em minhas atividades didáticas durante meu afastamento pós-doutoral.

No exterior agradeço à Bárbara Glowcewski do Laboratoire d'Anthropologie Sociale pelo estimulante convite à parceria intelectual que resultou na sessão “antropologia” do Dictionnaire des Femmes Créatrices, à Agnes Fine da Ecole des Hautes em Sciences Sociales de Toulouse que me deu a oportunidade de ensinar em seus seminários sobre História da Antropologia, Gênero e Parentesco em dois anos escolares franceses (2008/2009 e 2009/2010), a Fabienne Wateau que na sua ativa direção da Maison de Recherche René Ginovès na Université de Paris X – Nanterre me envolveu em diferentes atividades acadêmicas; à Paola Bacchetta que me acolheu na Universidade de Berkeley e ao frutífero dialogo que pude estabelecer com colegas do mundo inteiro no Beatrice Baine Research Group; em Portugal, aos colegas do ISCTE, em particular Miguel Vale de Almeida e Antonia Lima com quem compartilhei o ensino de Gênero, Poder e Emoções e à Cristiana Bastos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa pelo reconhecimento acadêmico e pela acolhida e afeto no cotidiano em Lisboa. Ao longo de toda a pesquisa fui recebida generosamente por inúmeras bibliotecárias e arquivistas de diferentes bibliotecas do mundo. Reconheço também a contribuição de antropólogos, colegas e alun@s que ao longo de vários anos têm discutido e problematizado comigo várias das questões que são o pano de fundo desta vasta pesquisa.

Por fim, todo este trabalho não teria sido possível sem o apoio financeiro do CNPq, na forma de diferentes recursos, em particular de bolsa de produtividade em pesquisa (2007-2009) e de pós- doutorado (2009-2010) e da EHESS que me acolheu e me deu suporte financeiro, para atuar como professora visitante entre novembro 2008 e fevereiro 2009. Durante os 15 meses em que estive “viajando” entre universidades, cidades e continentes, agradei diariamente o privilégio que o nosso avançado sistema de ciência e tecnologia nos dá, ao nos permitir este salutar momento de intensa reflexão e aprendizado acadêmico e intelectual. Trata-se sem duvida de um sistema de “dom” e é nesta perspectiva que apresento alguns dos resultados das pesquisas realizadas e pistas abertas neste frutífero período de minha vida profissional.

Apresentação

Inicialmente apresentarei a metodologia e o campo teórico que nortearam este trabalho. Num segundo momento falarei das particularidades da presença das mulheres nas antropologias nacionais hegemônicas no desenvolvimento da antropologia do século XX: EUA, França e Grã-Bretanha e em antropologias “fora do centro”, comparando, em particular a Península Ibérica com a América Latina. Distinguirei o que diferencia e

aproxima suas trajetórias acadêmicas, segundo diferentes contextos culturais, científicos e institucionais. Por fim, apontarei para novas pistas de pesquisa sobre a presença das mulheres nas antropologias contemporâneas, em particular nos países da Ásia.

A pesquisa: métodos e teorias

Em 1996, quando iniciei a pesquisa que apresento hoje para vocês, sobre o papel das mulheres na constituição da antropologia francesa contemporânea, não imaginava que este tema me levaria a uma pesquisa tão ampla, instigante e apaixonante. Em mais de uma década dedicada ao estudo da presença e invisibilidade das mulheres na antropologia do século XX, acompanhei o desenvolvimento do interesse na comunidade antropológica mundial na recuperação do papel de mulheres em diferentes antropologias nacionais e fui chamada por Bárbara Glowcwski para me encarregar de um amplo levantamento da historia das mulheres antropólogas no mundo para o Dictionnaire des Femmes Créatrices (dicionário das mulheres criadoras), obra que está sendo editada pela Editions des Femmes e será publicada em 2011. Pensar nas antropólogas como “criadoras” foi também um desafio epistemológico importante pois tivemos de intensificar nosso diálogo com o campo artístico, objeto central do dicionário, repensando o que “criação” significa no contexto da ciência e tecnologia.

No inicio, nos anos 1990, esta pesquisa foi realizada individualmente em arquivos de instituições acadêmicas como os do Musée de l’Homme, da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS) e de vários acervos depositados em centros de pesquisa e bibliotecas universitárias. Quando possível acompanhei o vasto levantamento de arquivos com entrevistas, seja com as próprias entrevistadas, seja com suas e seus ex-estudantes, pessoas com as quais elas trabalharam ao longo de sua carreira. Num período mais recente, quando já trabalhávamos para o mapeamento demandado pelo dicionário das criadoras, ampliamos o projeto, envolvendo outr@s pesquisador@s e alunos de graduação e pós-graduação. Nesta etapa o uso da internet se mostrou fundamental. Ambos os procedimentos: arquivos em papel e arquivos eletrônicos, se mostraram fontes ricas de informações. Levaram-nos também a refletir sobre as dificuldades deste tipo de pesquisa, que por tratar de pessoas e temas praticamente invisíveis na historia da disciplina, necessitam de um olhar profundamente especializado para que, informações dispersas e detalhes nos documentos, possam fazer sentido e ser analisados como índices na elucidação das trajetórias das pessoas/personagens que estamos estudando.

Como antropolog@s sabemos que o método só existe enquanto teoria. Portanto, ao fazer esta pesquisa, sobre a História das mulheres antropólogas foi seguidamente questionada se se tratava de uma pesquisa antropológica ou de uma pesquisa histórica? Para responder a isto várias são as perspectivas teóricas sobre os quais fundamento metodologicamente esta pesquisa. A perspectiva teórico metodológica da Antropologia Histórica, tal como proposta entre outr@s, pelas pesquisador@s francês@s como Agnès Fine, Françoise Zonabend, André Burguière ou Martine Segalen. Esta perspectiva que teve grande influência nos estudos sobre parentesco e gênero nos anos 1980/90 tem como princípio a articulação entre dados de arquivos problematizados a luz de questões antropológicas. Também tive grande influência dest@s autor@s para pensar no quanto as questões a respeito do dote foi central na articulação entre casamento, carreira e reprodução social na França.

Inspirei-me também nos estudos anglo-saxônicos, já consagrados, sobre a História da Antropologia como o clássico de Robert Lowie *The History of Ethnological Theory* (1960) ou *Anthrology and Anthropologists* do britânico Adam Kuper, os sete volumes da série *History of Anthropology*, produzida pela equipe de colaboradores de Georges Stocking Jr. (1983, 1984, 1985, 1991, 1992, 1995) da Universidade de Chicago. Estes autores refletiram particularmente sobre os diferentes contextos coloniais e os processos pós-coloniais que produziram as antropologias “centrais”, em particular para os contextos acadêmicos britânicos e norte-americanos.

Nesta tradição intelectual, que se aproxima do modelo de História da Ciência, para a história da antropologia na França, a revista *Gradhiva*, teve um peso importante em minha leitura. Dirigida em sua primeira fase por Jean Jamin, a revista trouxe durante uma década importantes reflexões sobre a história da disciplina na França (Jean Luc Jamard, Daniel Fabre). Mas, talvez pelo peso que a História tenha como disciplina no contexto francês, ainda é residual a reflexão sobre a História da disciplina na França, sendo que via de regra são estrangeiros que têm ocupado este lugar como o canadense Marcel Fournier – principal biógrafo de Marcel Mauss ou James Clifford sobre Maurice Lévi-Strauss.

Reconheço-me também muito na sólida tradição brasileira de história da disciplina como os trabalhos de Mariza Peirano (1991, 1992) e Mariza Correa (1987, 2003) sobre trajetórias de antropólogos brasileiros do século XX (Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Eduardo Galvão, Heloísa Alberto Torres, ou estrangeiros, como Claude Lévi-Strauss, David Maybury-Lewis, Ruth Landes, Charles Wagley, entre outros).

Minha participação, enquanto presidente da Associação Brasileira de Antropologia, em uma série de eventos comemorativos dos 50 anos da ABA em 2005 nos quais tive o privilégio de escutar inúmeras narrativas sobre a constituição da antropologia brasileira contemporânea foi também fundamental neste projeto pois me permitiu refletir a partir de um lugar “de dentro” sobre as diferentes modalidades de prestígio e reconhecimento, associadas a gênero, na história da antropologia brasileira.

Gênero e Parentesco

Como nos ensina Claudia Fonseca, “cada caso não é um caso”, pois o que caracteriza o trabalho etnográfico é a reatualização em cada campo de questões fundantes da Teoria Antropológica. Por isto além da inspiração neste conjunto de estudos sobre a História da Antropologia contemporânea, buscamos na própria teoria antropológica, em particular nos debates em torno do gênero e do parentesco, alguns pressupostos teóricos fundamentais para reconstituir o lugar das mulheres na antropologia do século XX.

No que tange ao parentesco e ao gênero como constituídos por relações sociais, detivemo-nos em alguns marcadores identitários que marcam o lugar de sujeito destas antropólogas em sua vida pessoal: solteiras ou casadas, com ou sem filhos, trabalhando em campos próximos ou distantes, sozinhas ou em duplas de mulheres ou conjugais.

Em sua grande maioria, as mulheres que estudei seguiram modelos familiares presentes em sociedades urbanas, nas quais o processo educativo é um elemento fundamental na constituição do capital cultural que é um dos elementos de grande importância para as alianças matrimoniais. Entendemos que ao estudarmos mulheres cientistas no mundo ocidental, nos defrontávamos com uma noção de pessoa dominante, de que o cientista é um homem que pertencem às elites: branco-ocidental, heterossexual, pai de família. Nesta concepção de pessoa que constitui o modelo de cientista, a mulher é vista como um complemento, uma auxiliar que deve dominar os conhecimentos, línguas e campos trabalhados por seu marido e que ela é um apoio indispensável para a construção da carreira do marido, desde que “desapareça” enquanto pessoa autônoma.

Um dos exemplos deste modelo é Mme Louise Emile Durkheim (nascida Dreyfus) de quem aprendo seu papel na constituição da Escola Sociológica Francesa através do necrológico escrito por Marcel Mauss na *Année Sociologique* em 1924-1925 onde ele lembra que ela morreu antes de completar 60 anos e que tinha vivido mais de 30 anos com Emile.

“ (após sua morte)... muito instruída, ela pode enfim colaborar com sua obra. Durante vários anos, ela copiou seus manuscritos, corrigiu todas as provas de seus livros. Sem

ela a *Année Sociologique* teria sido um fardo para Durkheim... Ela participava sempre na confecção do manuscritos e sem dúvida à sua correção... copista, ela era a única que conseguia ler seus manuscritos. Sua morte atrasará a publicação da obra póstuma (de Durkheim).” Marcel Mauss, *Année Sociologique* Tome II 1924-1925.

Gênero, Ciência e Tecnologia

Consideramos que não é por acaso reflexão sobre o lugar e a possibilidade epistêmica da presença das mulheres no campo da produção científica tem ocupado o pensamento filosófico ocidental desde os gregos, tomando diferentes variantes, como a caça às mulheres que lidavam com saberes (religiosos, de cura, etc) consideradas bruxas pela Inquisição católica na Idade Média ou no século XIX vista como incapaz por causa de razões fisiológicas como um cérebro menor ou por terem útero. Questões estudadas também, sob outro ângulo pelas teóricas do campo de estudos feministas conhecido como gênero, ciência e tecnologia, a partir das quais inspirei-me também muito neste processo de investigação.

Trata-se de um campo de conhecimento já bastante consolidado em países do primeiro mundo, constituído pelas pesquisas que visam identificar as razões históricas, culturais e sociais da pequena participação de mulheres em determinados campos científicos. Estão particularmente inseridos nos debates deste campo os estudos que têm buscado entender como as ciências “hard” se constituem e se legitimam no interior do campo científico mais global (HARDING, 1995; FOX-KELLER & LONGUINO, 1996; LOPES, 1998; MELO, 2006; MALCON, 2006; PERES SEDENO, 2009). Esta crítica feminista à ciência está também muito presente nos trabalhos antropológicos sobre “cientistas” e “laboratórios” de Bruno Latour (2000), Donna Harraway (2008), Paul Rabinow (2003) ou Pierre Bourdieu (2002), os quais têm observado os mecanismos subjetivos e objetivados na produção de conhecimento científico e dominação política na modernidade.

Antropólogas nos “Países Centrais”

Iniciamos nossa apresentação com mulheres pioneiras dos países reconhecidos como os pioneiros da história da antropologia : Estados Unidos, França e Inglaterra. Tratam-se das tradições nas quais há maior número de publicações sobre a história da disciplina e, em particular no caso dos EUA, um forte interesse pela presença das mulheres na constituição da ciência, em particular pelo aporte das teorias feministas a Teoria Social Contemporânea.

As norte americanas

As norte-americanas foram pioneiras em seu engajamento e no apoio aos povos nativos, tanto através de suas contribuições científicas quanto por publicações que tiveram o papel de difundir as culturas destes grupos, seguidamente marginalizados como os índios ou os negros. Nós encontramos pistas de sua presença ativa e reconhecida no seio das instituições acadêmicas norte-americanas (como a American Anthropological Association) desde sua criação em 1901.

Pela amplitude de mulheres encontradas, privilegiamos nesta pesquisa as «verdadeiras pioneiras» ou seja, aquelas que nasceram ainda no século XIX/início do século XX e que tinham podido ser reconhecidas ainda em vida por suas importantes criações intelectuais.

Tivemos uma grata surpresa de encontrar na reconstituição biográfica destas mulheres, muitas de origem étnica autóctone ou africana como Ella Cara Deloria, Rosebund Yellow Robe, Zora Neale Huston. Da mesma forma, diferentemente das antropólogas européias, como veremos a seguir, parte significativa das antropólogas brancas desta geração, teve como objeto de estudo a cultura e a sociedade norte-americana e não o estudo de povos distantes, vivendo em outras culturas (isto será feito mais tarde). Destaca-se nos estudos destas pioneiras a mesma preocupação com a cultura e em particular as fricções interétnicas destes dois grupos étnicos com os grupos dominantes no território norte-americano. Destaca-se também, desde o início do desenvolvimento da antropologia nos EUA, a presença significativa de mulheres dos grupos hoje reconhecidos como parte do multiculturalismo, de etnias indígenas ou negras.

Desde o início de suas investigações as antropólogas norte-americanas, se interessam pela presença das mulheres nestas culturas e esta é uma característica geral da presença das mulheres em campo, em várias tradições nacionais.

Já nos Estados Unidos as mulheres estão presentes na vida universitária e em particular na antropologia desde o final do século XIX. A criação das escolas específicas para mulheres nas grandes instituições de prestígio universitário, como Yale, Columbia, Cambridge, foi sem dúvida fundamental para o desenvolvimento da ciência antropológica e para o aparecimento público de professoras como Ruth Benedict ou Margaret Mead, cujas histórias estão ligadas ao Barnard College, faculdade para mulheres, da Universidade de Columbia, onde também ensinou Boas. Em Berkeley, Kroeber tem um papel importante formando alunas como Cora Dubois (doutorada em 1932) e sobretudo no papel que sua segunda mulher Theodora Kroeber terá para o desenvolvimento do Departamento de Antropologia na tradição do marido.

As mulheres tiveram um papel muito importante na tradição antropológica norte-americana ao longo de todo o século XX, tendo ocupado por inúmeras vezes a presidência da AAA e sendo hoje maioria numérica na comunidade acadêmica.

As francesas

Diferentemente das norte-americanas que fazem estudos universitários e pesquisas de campo desde o final do século XIX, na França as mulheres aparecem nominalmente no cenário da produção etnográfica sómente no início do século XXI. Vários são os fatores que marcam esta entrada mais tardiva das francesas no campo da pesquisa científica dos povos “exóticos”. Inicialmente é importante lembrar que na França, as mulheres são proibidas de ingressar na universidade até o início do século XX. Segundo, os fatores sócio-culturais que constituem as classes sociais francesas, uma vez que as pioneiras francesas são tanto provenientes de elites financeiras (proprietários de terra ou industriais) ou que ascenderam a postos de elite através do estudo nas Grandes Ecoles (como a Ecole Normale Supérieure – berço das elites intelectuais francesas desde o século XIX até o presente ou de cursos de Direito, Escola de administração ou de Ciências Políticas (ENA ou Sciences Pó) da mesma forma que da Escola de Chartes, grande escola destinada ao projeto de construção nacional, que forma arquivistas de tradição no sistema político local e regional constituído com a Revolução Francesa e o projeto Republicano no século XIX (1870), quanto de famílias de funcionários do projeto estatal de colonização na África e na Ásia.

No século XIX, mesmo que presentes nos círculos intelectuais, elas o são na qualidade de esposas: tanto pelo dote que trazem para o marido quando do casamento e que permite uma vida confortável financeiramente (como é por exemplo o caso de Durkheim e sua mulher Louise), quanto pelo trabalho totalmente dedicado de secretária que não apenas recopia os manuscritos mas também é detentora de bons conhecimentos lingüísticos indispensáveis para a revisão de literatura em língua estrangeira e redação em francês. Trabalho gratuito e invisível, que será essencial para todos os intelectuais desta geração.

Raras foram as francesas que conseguiram romper as convenções sociais que as mantêm no interior dos lares mas há algumas exceções no campo da antropologia como é o caso de Mlle Homburger, responsável da cadeira de Linguas Africanas na Ecole Pratique des Hautes Etudes, uma mulher descrita como muito forte e vigorosa que ensinou durante várias décadas as linguas e as culturas africanas e que teve um papel muito importante no interior da Societé des Africanistes, criada no início do século XX. Mulher

professora em um lugar de prestígio, ela teve uma influência importante sobre a primeira geração de mulheres antropólogas na França, a que foi formada no final dos anos 1920-início 1930, formada por Marcel Mauss em seus cursos no recém criado Institut d'Ethnologie, na Ecole Pratique des Hautes Etudes e no Collège de France.

O que acontece na França, neste momento, para que as mulheres possam estudar na universidade e considerar possível de ganhar sua vida por seu trabalho intelectual? As grandes mudanças econômicas e sociais que ocorrem na França depois da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918) permitem a abertura do mundo intelectual e artístico às mulheres. A Guerra, produz profundas transformações no sistema financeiro, de acumulação do capital industrial e da exploração nas grandes propriedades de terra que até então haviam criado uma elite que “não trabalhava”, vivendo de rendas (constituídas também pelo dote das mulheres). Esta mudança econômica tem tanto um impacto imediato no sistema de casamento e do lugar das mulheres no sistema de reprodução social desta burguesia que vivia de rendas, quanto no sistema colonial francês que se intensifica neste momento e abre novas possibilidades de inserção social de classes médias.

Exemplo do período auge do sistema colonial francês são as grandes exposições (como a exposição des colonies françaises realizada no Bois de Vincennes) que tem como objetivo a propaganda dos países coloniais e de conhecimento destes povos «exóticos» que estavam sendo civilizados pelo sistema colonial em instituições como as escolas coloniais.

Nos dedicamos à duas gerações de antropólogas francesas: a nascida na primeira década do século XX, que nomeio a geração das alunas de Mauss (Denise Paulme, Germaine Dieterlen et Germaine Tillion) e nascida nos anos 1930/1940, geração que se forma no pós-guerra e que terá um papel importante na produção antropológica contemporânea. Desta segunda geração fazem parte Nicole-Claude Mathieu, a grande pioneira dos estudos teóricos sobre gênero na França, Françoise Héritier, primeira mulher eleita para o Collège de France, especialista da África negra e do parentesco, Martine Segalen, a grande dama dos estudos sobre a família camponesa e contemporânea na França, Jeanne Favret- Saada uma das antropólogas da geração 68, que é das mais conhecidas mundialmente por sua contribuição metodológica a respeito dos processos de subjetivação em campo.

As britânicas

A situação histórica das britânicas é um pouco diferente. Há nesta tradição intelectual também o modelo de mulheres viajantes que produziram relatos que terão um papel importante para a antropologia posterior. Mas é a partir de 1920 que as condições econômicas do sistema coloquial britânico abrem as portas à entrada das mulheres no campo acadêmico. Quem são estas mulheres que se engajam na antropologia inglesa? São jovens de famílias com boa situação financeira, em geral filhas de altos funcionários coloniais, das grandes famílias educadas nas principais universidades britânicas. Suas biografias mostram que é por suas vidas de crianças ligadas ao colonialismo na África, na Índia ou na Austrália/Nova Zelândia, que se dá o interesse pela antropologia. É o caso de Dayse Bates (que estudou na Austrália e foi contemporânea de Malinowski), Monica Wilson (nascida na África do Sul), Audrey Richards, Philis Canberry, Mary Douglas (cujos pais viviam na Índia), Jean Lafontaine (que é de uma geração posterior e nasceu na África Central), todas educadas em diferentes lugares do sistema colonial britânico. Observamos portanto que é no seio da elite dominante e do capitalismo vinculado ao colonialismo que se produzem as pesquisas inovadoras de uma geração de mulheres reconhecidas como corajosas e ousadas em campo, em geral em terras longínquas e inhospitáveis.

De uma geração anterior temos Laura Frazer, esposa de Sir James Frazer e que será lembrada como companheira permanente do marido em todas suas atividades acadêmicas.

Escolhemos para ilustrar a segunda geração de mulheres britânicas, algumas antropólogas mais jovens, cuja características biográficas as aproximam das antropólogas da mesma geração na França: jovens de camadas médias, educadas em boas escolas e universidades, com carreiras desenvolvidas num primeiro momento articuladamente com os respectivos maridos, antropólogos também e após a separação de forma independente.

Constata-se, portanto, que a presença das mulheres foi intensa mas praticamente invisível na história oficial da disciplina em países centrais, como França, Inglaterra ou Estados Unidos, e que, apesar de haver, neste momento histórico contemporâneo, um número maior de mulheres em todas as instâncias da comunidade acadêmica (como alunas e professoras/pesquisadoras⁵), sua participação política em cargos de destaque e direção em laboratórios e associações científicas é ainda numérica e qualitativamente bastante inferior à de homens⁶.

As latino-americanas e as antropólogas da Península Ibérica

As antropologias da América Latina representam uma das correntes das mais inovadoras da antropologia contemporânea e, onde as mulheres são hoje majoritárias numericamente mas também são bem mais reconhecidas por suas comunidades acadêmicas nacionais como responsáveis pela criação de linhagens teóricas de ponta.

A antropologia latino-americana se desenvolve em um outro contexto histórico, em particular a partir dos anos 1930, momento onde também se desenvolvem ideologias nacionais que fortalecem os Estados-nação na América latina. Mas é sobretudo nos anos 1950 que vamos encontrar a primeira geração de antropólogas neste continente. Uma de suas características é que as mulheres entram no campo antropológico, ao mesmo tempo que este se desenvolve institucionalmente e se torna uma profissão. Centramos nossa pesquisa nas antropólogas do Brasil, Argentina e Colômbia mas também tivemos contribuições sobre a presença de antropólogas no Chile e na Guatemala.

As antropólogas latino-americanas e espanholas (estudadas por Elixabete Imaz) têm em comum, além da língua, a experiência vivenciada em ditaduras militares e fascistas, contexto político que na maioria dos casos impediu um efetivo desenvolvimento universitário de Ciências Humanas. Perseguidas por seus governos ditatoriais e por interesses econômicos, algumas pagarão com a própria vida seu engajamento com os povos que estudaram, como a guatemalteca Mirna Mack.

Constatei que o desenvolvimento da formação em Antropologia no Brasil passa por três fases distintas em sua constituição, desde os anos 1930, sendo que, a partir de 2006/2008, o campo parece viver uma mudança radical em seu projeto “interdisciplinar” de formação em Ciências Sociais (modelo original implantado no Brasil pelos herdeiros da Escola Sociológica Durkheiminiana quando da Missão Francesa na USP nos anos 1930/1940), que estava também vinculado à formação de História e Geografia no período anterior à Reforma Universitária de 1970 (quando o “modelo ciências sociais” se torna hegemônico na graduação, com o desenvolvimento simultâneo da formação especializada em antropologia na pós-graduação), para um modelo “exclusivo” de formação desde o início da graduação em Antropologia, o qual está implantando-se com muita rapidez em número significativo de Universidades Federais, com o estímulo do Ministério de Educação, de ampliação de vagas e carreiras oferecidas por universidades públicas. Tal proposta apresenta-se em sintonia com o projeto político do segundo mandato do Governo Lula de abertura das universidades públicas a um maior número de estudantes, em particular oriundos de “minorias” étnicas e sócio-econômicas.

Em outros países da Europa menos marcados pelo peso da tradição institucional, como nos países escandinavos, observa-se um interessante desenvolvimento da antropologia, em particular da Antropologia feminista. Em outros, ainda, como Portugal e Espanha, as ditaduras franquista e salazarista tiveram um papel fundamental na implosão da antropologia no período do pós-guerra. Na península Ibérica, a antropologia se torna uma disciplina vinculada ao estudo do folclore e das tradições regionais e rurais, temas que legitimavam estes regimes ditatoriais. É apenas no decorrer dos anos 1980, com o fim destes regimes de exceção, que as Antropologias Ibérica e Luso voltam a se desenvolver e a ingressar no campo antropológico atual, com forte participação teórica e política no debate que se dá no seio da Antropologia Europeia, fortemente organizada em torno da EASA (Associação Europeia de Antropologia Social)⁶. É também nestes lugares que de alguma forma “se desenvolvem mais tarde” que se encontra hoje uma maior abertura e reconhecimento da contribuição de antropólogas mulheres e feministas, em parte também porque, por serem antropologias que se desenvolvem após os movimentos libertários dos anos 1960, integram mais facilmente as mulheres nos espaços de prestígio e reconhecimento acadêmico⁷, como é o caso de Portugal após a Revolução dos cravos em 1974. Situação similar, mas ainda pouco estudada, pode ser encontrada em vários países latino-americanos que passaram por situações de ditadura entre os anos 1960 e 1990, como é o caso da Argentina, estudado por Rosana Gruber⁸.

Antropologias na Ásia e no Pacífico

Por fim, apresento apenas algumas rápidas reflexões sobre a Antropologia produzida em alguns países da Ásia, por onde fiz uma primeira incursão em campo, em julho/agosto 2010, em função de minha participação na reunião mundial de antropologia, a IUAES, em Kuming, no sul da China.

A pesquisa sobre as antropólogas em outros continentes, como em minha recente incursão na Ásia, é mais difícil e complexa uma vez que são países nos quais, apesar de vasta tradição de pesquisa antropológica colonial, pouco há disponível em inglês sobre as pesquisas e pesquisadoras locais – tema que abordarei rapidamente no final ao falar de minhas incursões a campo em universidades e museus antropológicos da Índia, Bali, Tailândia e China.

Finalizo com a Universidade do Hawai, onde estive nas comemorações dos 75 anos do departamento e onde tive a oportunidade de conhecer a Profa Alice Dewey, uma das pioneiras da antropologia na formação de antropólogas da e sobre a Ásia.

Bibliografia citada

- BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une Auto-analyse**. Paris: Seuil, 2002.
- CORREA, Mariza. **As Reuniões Brasileiras de Antropologia – 50 anos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- CORREA, Mariza. **História da Antropologia no Brasil (1930-1960)**. São Paulo: Editora Vértice/Revista dos Tribunais, 1987.
- CORREA, Mariza. **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- FOX KELLER, Evelyn & LONGINO, Helen E. (eds.). **Feminism & Science**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1996.
- HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu** (5), 1995 (pp. 07-42).
- LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000
- LOPES, Maria Margaret. “‘Aventureiras’ nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências no Brasil”. **Cadernos Pagu**, v. 10, 1998.
- MALCOLM, Shirley; RIAL, Carmen; GROSSI, Miriam. “Gênero e Ciência – Entrevista com Shirley Malcolm”. **Revista Estudos Feministas**, vol. 14, 2006 (pp. 345-353).
- MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, Ligia M.C.S. **Pioneiras das Ciências no Brasil**. São Paulo: Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, 2006.
- LOWIE, Robert. **The History of Ethnological Theory**. New York: Holt-Rinehart and Wiston INC, 1960.
- PEIRANO, Mariza. “The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case”. **Série Antropológica**, n. 110, UnB, 1991.
- PEIRANO, Mariza. **Uma Antropologia no Plural. Três experiências contemporâneas**. Brasília: Editora da UnB, 1992.
- PEIRANO, Mariza. “A Teoria vivida – Reflexões sobre a orientação em Antropologia”. **Revista ILHA**, vol. 6, números 1 e 2, julho de 2004 (pp. 207/216).
- PÉREZ SEDEÑO, Eulalia; ROCHA, Cristina; GROSSI, Miriam. “Entrevista com Eulalia Perez-Sedeño”. **Revista Estudos Feministas**, vol. 17, n. 1, 2009.
- RABINOW, Paul. **Anthropos Today: Reflections on Modern Equipment**. Princeton: University Press, 2003.

STOCKING JR., George W. (ed.). *Observed – Essays on Ethnographic Fieldwork*, **History of Anthropology** vol. 1. Madison/London: The University of Wisconsin Press, 1983.

STOCKING JR., George W. (ed) **Funcionalism Historicized** – Essays on British Social Anthropology, Madison/London, The University of Wisconsin Press, 1984.

STOCKING JR., George W. (ed.). *Malinowski, Rivers, Benedict and Others – Essays on Culture and Personality*, **History of Anthropology** vol. 4. Madison/London: The University of Wisconsin Press, 1986.

STOCKING JR., George W. (ed.). *Colonial Situations – Essays on The Contextualization of Ethnographic Knowledge*, **History of Anthropology** vol. Madison/London: The University of Wisconsin Press, 1991.

STOCKING JR., George W. **The Ethnographer's Magic and Other Essays in the History of Anthropology**. Madison/London: The University of Wisconsin Press, 1992.

STOCKING JR., George W. **After Tylor** – British Social Anthropology 1888-1951. Madison/London: The University of Wisconsin Press, 1995.